

O MODELO JESUÍTICO DE ENSINO DE FILOSOFIA E SUA REALIZAÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL COLÔNIA

Sylvia Aranha de Oliveira Ribeiro *

I – O RATIO STUDIORUM E O ENSINO DE FILOSOFIA

I.1 – INTRODUÇÃO

O Padre Leonel Franca no seu livro “O método pedagógico dos jesuítas”, lembra a quem inicia o estudo do Ratio Studiorum, que não se esqueça da sua **finalidade eminentemente prática** nem o isole da **moldura histórica** em que foi elaborado.

O Ratio Studiorum foi composto no século XVI, em plena época da expansão da Reforma protestante e da Contra-Reforma ou como alguns chamam, da Reforma Católica.

A transição da Idade média para a Idade Moderna foi marcada por uma cultura, – a Renascença, – que em certo sentido era uma continuação do passado medieval e uma revivescência da antiguidade clássica, enquanto na ciência, na política, na vigorosa afirmação do direito de viver cada qual uma existência tão indiferente às convenções e tão temerária quanto desejasse,” (1) era um prenúncio do futuro.

A Renascença, em sua última fase, foi acompanhada da Reforma, movimento que englobou: a Revolução Protestante, iniciada em 1517, provocando a separação da maior parte da Europa setentrional, da Igreja, e a Reforma Católica que trouxe profundas alterações ao catolicismo dos fins da Idade Média.

* Mestre em Filosofia da Educação pela PUCSP; professora de Filosofia.

(1) Burns, Edward Mcnall – **História da civilização ocidental**. Ed. Globo, Porto Alegre, 1974, pág. 449.

“Em muitos aspectos, a Renascença e a Reforma tiveram íntima relação entre si. Ambas foram produtos dessa poderosa corrente de individualismo que, nos séculos XIV e XV, tantos danos causou à ordem estabelecida. Ambas tinham causas econômicas comuns no desenvolvimento do capitalismo e no aparecimento de uma sociedade burguesa. Uma e outra compartilhavam o caráter de um retorno às fontes originais: no primeiro caso, às realizações literárias e artísticas dos gregos e romanos; no segundo, às doutrinas dos Padres da Igreja. A despeito, porém, dessas importantes semelhanças, seria certamente inexacto considerar a Reforma como mero aspecto religioso da Renascença. Os princípios dirigentes dos dois movimentos apresentam, na realidade, pouca coisa em comum. A essência da Renascença era o gozo desta vida e a indiferença pelo sobrenatural. O princípio da Reforma foi a extraterrenalidade e o desprezo pelas coisas da carne como muitíssimo inferiores às do espírito. No julgamento dos humanistas, a natureza do homem era intrinsecamente boa; do ponto de vista dos reformadores, era indizivelmente corrupta e depravada. Os chefes da Renascença acreditavam na razão e na tolerância; os adeptos de Lutero e Calvino encareciam a fé e o conformismo. Embora tanto a Renascença como a Reforma visassem restabelecer o passado, cada uma delas se orientava num sentido completamente diverso. O passado que os humanistas procuram reviver era a antiguidade greco-romana, embora, na realidade, continuassem a seguir um número muito maior de tradições da última fase da Idade Média do que estariam dispostos a reconhecer, particularmente no terreno literário. Os reformadores, pelo contrário, estavam interessados sobretudo na volta aos ensinamentos de São Paulo e Santo Agostinho; não só rejeitavam a idéia humanista de um revivescimento das realizações pagãs mas — pelo menos os protestantes — propunham-se alijar praticamente todo o conjunto das instituições e doutrinas do fim da Idade Média.” (2)

Foi nesse quadro extremamente complexo e conturbado do século XVI que surgiu a Companhia de Jesus como uma força a serviço da Reforma Católica.

1.2 — A COMPANHIA DE JESUS

A fundação da Companhia de Jesus por Inácio de Loyola, em 1534, aparece como uma das respostas que a Igreja deu às necessidades dessa época. O Padre Madureira S. J. cita Joaquim Nabuco para mostrar a novidade e o

(2) Idem, *ibidem*, pág. 449 — 450.

sentido de realidade da nova organização. “A diferença entre as outras grandes Ordens, filhas da Idade Média, e os Jesuítas, é que ellas supunham a **fé triunphante** e elles a **fé em perigo**. Os outros retiravam-se do mundo, elles ficavam e vinham para o mais acceso da peleja. São, nas palavras de Ranke, um exército permanente espiritual, escolhido homem por homem, exercitados individualmente para a sua funcção e commandados por elle mesmo Loyola, em nome e serviço do Papa.”(3)

As novas características da Ordem, supressão de hábito próprio, dispensa do coro, ausência de penitências corporais fixadas pela Regra, obediência perfeítíssima, renúncia às dignidades e outras, a tornaram distinta de todo o monarquismo ocidental e mais apta para atender à tríplice tarefa da Igreja no século XVI: “**dentro da Europa**, resistir à mais tremenda revolução religiosa que viram os séculos; **fora da Europa**, evangelizar as novas gentes descobertas pelos europeus; **dentro e fora da Europa**, dirigir e nortear, pela escola, pelo púlpito e pela imprensa, a corrente intelectual que se despertara.”(4)

Entre as características da Ordem, a **obediência** foi muito discutida pelo fato de a ela se dar muita ênfase “...obediência perfeítíssima para se deixarem governar pelo Superior, não se contentando com a execução material da obra prescrita, senão aspirando generosamente identificar a própria vontade com a do Superior, e, o que é mais alto e sublime, esforçando-se, quanto possível, para chegarem à perfeição de sacrificar o próprio juízo, de se conformarem racional e sobrenaturalmente com as idéias e juízos de quem manda, uma vez que na **pessoa do Superior** não devem considerar o homem que manda, mas a própria **pessoa do Redentor a quem todos devem obedecer**.”(5)

A Companhia obedece a uma hierarquia tão bem organizada que todos dependem de Geral que residindo em Roma, sob as vistas do Chefe da Igreja pode regular toda a Ordem e conseguir a unidade da ação. Inácio de Loyola aparece assim como um homem de seu tempo que soube captar, diríamos em linguagem de hoje, alguns temas de sua época, e as tarefas que ela exigia e tentou dar aos problemas soluções originais.

Uma dessas tarefas e não das menos importantes era a educação da juventude, numa fase de revalorização das letras clássicas e de incipiente desenvolvimento das ciências naturais.

(3) Nabuco, Joaquim. Conferência. III Cent. do V. Anchieta, pág. 331, in Madureira, J.M. — A liberdade dos índios. A Cia. de Jesus. Sua Pedagogia e seus resultados. Imprensa Nacional. Rio, 1927.

(4) Madureira. J. M. ibidem pág. 169.

(5) Idem, ibidem, pág. 175.

Nos seus primórdios, a Companhia de Jesus não era uma associação destinada ao ensino público das ciências e das letras e, portanto, não estava nos planos primitivos de Inácio a instituição de colégios para estudantes não pertencentes à Ordem. Os seus estabelecimentos de instrução visavam a ministrar aos candidatos à Ordem, a ciência necessária à defesa e propagação da fé. Mais tarde ampliou-se a sua visão, percebendo que dispondo de homens mais preparados podia ampliar a esfera de atividades da Companhia, que seria não só “uma Ordem de Apóstolos, mas também um corpo científico de professores da doutrina Cathólica.” (6) Assim a Companhia se transformou numa Ordem docente, mas permanece “uma sociedade estritamente religiosa, que utiliza o ensino e a ciência como força excepcionalmente poderosa para promover a verdadeira religião. A instrução, na pedagogia da Companhia, é meio de educação, como esta é meio de salvação das almas para a glória de Deus”... (7)

Assim, aos poucos, foram surgindo e se multiplicando os colégios...

I.3 – O RATIO STUDIORUM

I.3.1 – GÊNESE E HISTÓRIA

As primeiras normas de estudos da Companhia foram as Constituições, em vigor desde 1552, cuja quarta parte é toda consagrada a elas. Embora nessa parte apareçam as linhas mestras da organização didática e sobretudo o espírito que deve animar toda a atividade pedagógica da Ordem, o próprio Inácio determina que se elabore um Estatuto que regulamente tudo o que se refere à Ordem e ao método de estudos nos colégios e faculdades.

O primeiro desses colégios para externos é fundado em Goa por Francisco Xavier em 1542. Em 1543, Francisco de Bórgia, Duque de Gandia, faz uma doação para a abertura nesta cidade, de um colégio, transformado mais tarde em Universidade ou Studium Generale, mas é em Messina que se abriu o Primeiro Colégio Clássico da Companhia plenamente organizado. Para esse colégio foi escolhido o modelo pedagógico de Paris. Os resultados dessas primeiras experiências foram arquivadas pelo Padre Nadal, superior do colégio de Messina. Em 1551 já se encontra redigido um primeiro

(6) Idem, *ibidem* pág. 350.

(7) Idem, *ibidem* pág. 352.

plano de estudos que enviado a Roma, de lá irá para os novos colégios que se vão fundando em toda a Europa: é um dos primeiros esboços do futuro Ratio.

A contribuição de Nadal não foi apenas esta. Como delegado de Inácio, ele percorreu de 1552 a 1557 toda a Europa tendo oportunidade de observar a organização e o funcionamento dos colégios em Portugal, Espanha, Germânia. Como Prefeito de Estudos e Reitor do Colégio Romano, reviu o plano escrito em Messina e elaborou o novo Ordo Studiorum.

O trabalho de Nadal foi continuado pelo Padre Ledesma que reviu e ampliou o programa de estudos em vigor no Colégio Romano desde a sua fundação. Segundo Leonel Franca, o Padre Ledesma sublinha a importância da experiência própria e dos colegas do magistério na elaboração do Ratio. (8) Tendo este falecido em 1571 antes de completar a obra, o Padre Cláudio Aquaviva eleito geral da Ordem em 1581, diante dos instantes pedidos de uma lei que assegurasse a semelhança e a uniformidade de orientação da crescente atividade educativa da Ordem, nomeou uma comissão que a elaborasse. Concluída em 1585, foi submetida a um estudo crítico de toda a Companhia. Assim, impresso para uso interno, foi enviado em 1586 a todos os Provinciais com uma circular de Aquaviva.

Essa primeira edição não tinha caráter definitivo, nem força obrigatória. As críticas remetidas a Roma depois de alguns meses, ensejaram uma revisão de que resultou o "Plano de estudos sob o título Ratio atque Institutio Studiorum, in Collegio Soc. Jesu, anno Dni, 1591"(8). Agora não era mais um anteprojeto a ser estudado mas um código de leis a ser posto em prática, embora não de modo definitivo.

Tendo sido levadas em conta as observações dos professores dos vários colégios, em 1599 foi editado definitivamente como uma lei. Assim, o Código de leis que passava a orientar os trabalhos educativos da Companhia traduzia os resultados da experiência pedagógica de 50 anos. Esse código permaneceu em vigor durante quase dois séculos, até a supressão da Ordem em 1773.

(8) Franca, Leonel — O método pedagógico dos jesuítas — Agir, Rio de Janeiro, 1952, pág. 21.

I.3.2 – FONTES DO RATIO STUDIORUM

Como foi dito, o Ratio traz a marca do século XVI. Vejamos, assim, algumas das influências que se fizeram sentir na pedagogia jesuítica, além dessa experiência viva nascida dos colégios.

UNIVERSIDADE DE PARIS

Inácio de Loyola e vários dos seus primeiros companheiros não saíram de seminários ou instituições religiosas, mas eram homens que freqüentavam ou haviam sido de universidades. Entre as mais célebres Universidades dessa época, estava a de Paris, de onde saíram os citados Nadal e Ledesma que exerceram influência tão profunda na organização da pedagogia jesuítica e sobre a primeira geração de educadores da Ordem.

Alguns colégios da Universidade de Paris nessa época optaram pelo ensino clássico, entre eles o de Montaigu e Sainte-Barbe. Inácio presenciou durante sua permanência nesses colégios a mudança de orientação dos estudos e, quando mais tarde, optou pelo “modo parisiense” em detrimento do “modo romano” ou “espanhol”, o fez com a convicção da superioridade dos métodos parisienses sobre os demais. “A imitação de Paris nada teve de servil; foi a transplantação de um germe vivo que continuou, em outro clima, a sua evolução orgânica.” (9)

ANTIGOS

Não só nas letras a influência clássica se fez sentir na Renascença, mas na pedagogia também. A essa influência não escapou nenhum dos grandes nomes da educação nessa época: Erasmo, Vives, Mureto, Melancthon, Elyot e outros. Os jesuítas como homens de seu tempo também foram marcados por Cícero, Plutarco, Sêneca e sobretudo por Quintiliano, que aparece como grande representante da pedagogia romana. As suas “Instituições oratórias” aparecem como grande fonte de inspiração para práticas preconizadas pelo “Ratio”, práticas referentes às lições de cor, correção de deveres, declamação, explicação de autores.

(9) Idem, ibidem, pág. 30.

TOMISMO

Outra influência notável no “Ratio”, sobretudo no que se relaciona com a Teologia, é a doutrina de Santo Tomás de Aquino.

A decadência escolástica dos séculos XIV e XV, prolongou-se pelo século XVI. No entanto, na Universidade de Paris há uma tentativa de restauração tomista com Pedro Crochaert, dominicano que formou escola. Esse movimento através de seus discípulos chegou até a Universidade de Salamanca, responsável pela formação de alguns dos melhores teólogos do Concílio de Trento. Entre os discípulos de Crochaert saíram os mestres de Teologia de Inácio e de seus primeiros companheiros. De Salamanca saíram alguns dos mais notáveis professores jesuítas dos primeiros tempos, como Toledo e Maldonado.

Orientou-se pois, a nova Ordem, desde o seu nascer para a sistematização escolástica da filosofia.” A Companhia de Jesus foi, depois da Ordem dominicana, a primeira família religiosa que escolheu a Santo Tomás para seu doutor próprio”.(10)

Os jesuítas contribuíram para a substituição nas aulas de Teologia do livro das Sentenças de Pedro Lombardo, pela Summa Theologica como livro de texto.

OUTRAS INFLUÊNCIAS

Alguns historiadores da pedagogia assinalam no Ratio a influência do pedagogo protestante Sturm e do espanhol Vives, o que é refutado por outros como Meyer e F. Korner, citados pelo Padre Madureira S. J. (11) No que diz respeito a Vives, “os pontos de contato dos dois sistemas pedagógicos – predomínio do latim, exercício de memória, educação física por meio de jogos, diminuição dos castigos corporais em benefício dos motivos de honra e dignidade —... explicam-se pela atmosfera geral do Renascimento e pelo jogo natural de influências comuns.”(12)

Tentando apresentar uma síntese das características do Ratio, retomamos a citação que Leonel Franca faz de Farrell: “o currículo, humanista; o método e ordem, principalmente parisienses; o espírito, inaciano.”(13)

(10) Idem, *ibidem*, pág. 34.

(11) Madureira, J. M. Op. citada, pág. 377.

(12) Franca, Leonel, Op. citada, pág. 39.

(13) Idem, *ibidem*, pág. 42.

I.3.3 – OUTRAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DO RATIO STUDIORUM

Depois de muito brevemente situarmos o Ratio no seu quadro histórico, lembramo-nos da advertência feita inicialmente de que se trata de algo com finalidade eminentemente prática. De fato, o Ratio não se apresenta como tratado de pedagogia em que se discutem princípios ou sistemas. Ele consiste, antes, numa coleção de regras positivas e numa série de prescrições práticas e minuciosas. O ideal de educação do século XVI era universalista: formar o homem perfeito, o que para os cristãos, era o homem cristão. Isto quer se tratasse da França, Espanha, Portugal, Itália. Para chegar a esse objetivo, o Ratio organizava o ensino em três cursos: Humanidades, Filosofia e Teologia.

O currículo **humanista**, correspondente ao antigo secundário, abrange gramática inferior, Gramática média, Gramática superior, Humanidades e Retórica, tendo como objetivo levar o aluno a expressar-se perfeitamente, quer por escrito, quer oralmente, sendo o latim e o grego as disciplinas dominantes. O vernáculo, a história e a geografia aparecem à medida em que auxiliam o esclarecimento de textos dos autores clássicos.

O currículo **filosófico** que nos interessa sobremaneira, era feito em três anos.

1º ano: Lógica e introdução às Ciências.

2º ano: Cosmologia, Psicologia, Física e Matemática.

3º ano: Psicologia, Metafísica, Filosofia Moral.

O currículo **teológico** que representava a coroação dos estudos, abrangia quatro anos, com as seguintes disciplinas: Teologia Escolástica, Teologia Moral, Sagrada Escritura e Hebreu.

Quanto à **metodologia**, sob este nome se englobam os processos didáticos adotados para a transmissão de conhecimentos e os estímulos pedagógicos usados para garantir o êxito do esforço educativo. Na opinião de Leonel Franca, dois aspectos caracterizam a metodologia jesuítica: é uma metodologia que visa, antes, formar do que informar e é ativa, exigindo participação do professor e do estudante.

“A preleção do professor é o centro de gravidade do sistema didático do Ratio”(14). Trata-se de uma lição antecipada, uma explicação do que o aluno deverá estudar; é dada de formas diferentes dependendo do nível

(14) Idem, ibidem, pág. 57.

intelectual dos estudantes. A preleção visa, antes, desenvolver o espírito do que transmitir conteúdos, é mais formativa do que informativa. Apela constantemente para a colaboração do aluno. Depois da explicação o aluno deve compor, tomando como modelo o texto apresentado.

Outro aspecto enfatizado era o exercício da memória.

Quanto aos estímulos pedagógicos, a competição incentivada, a classe organizada hierarquicamente segundo o mérito revelado nos trabalhos, visavam a desenvolver o espírito de responsabilidade e despertar o entusiasmo pelo estudo. Os prêmios ocupavam lugar importante na pedagogia jesuíta, sendo os castigos corporais suavizados e pouco utilizados.

Por fim, o ensino e a vivência da religião deviam coroar toda a atividade educativa.

1.3.4 – O ENSINO DE FILOSOFIA

O que se refere a esse assunto está consignado no Ratio, na parte relativa às regras do Provincial, às do Reitor, às regras comuns a todos os professores das Faculdades Superiores e, sobretudo, naquela referente às regras do professor de Filosofia.

– O curso de Filosofia se desenvolve em 3 anos, exigindo-se (a não ser em caso de extrema necessidade) que o professor tenha concluído o curso de Teologia, afim de que a doutrina ensinada seja mais útil e mais segura à Teologia. Existe uma censura rigorosa no sentido de que os professores sigam os livros e métodos propostos e não emitam opiniões demasiado livres ou discordantes dos “princípios fundamentais dos doutores e o sentir comum nas escolas”(15).

Esses mestres são principalmente Santo Tomás, Aristóteles, e na Lógica, Aristóteles explicado por Toledo ou Fonseca. Alguns livros de autores clássicos também poderão ser dados aos alunos de Teologia e Filosofia. Os autores infensos ao Cristianismo não devem ser lidos nem estimulado o seu conhecimento, ao contrário, quando se tratar deles deve-se diminuir-lhes a autoridade. A respeito de Aristóteles, só se deve afastar dele quando se trata de doutrina oposta à escolástica ou ainda em contradição com a fé. Quanto a Santo

(15) Ratio Studiorum, regra 6 das Comuns a todos os professores das escolas superiores in Franca, L., op. citada, pág. 145.

Tomás, deve-se segui-lo sempre que possível, dele divergindo “com pesar e reverência, quando não for plausível a sua opinião”.(16)

Dá-se uma grande ênfase ao estudo e à interpretação dos textos, sendo a importância da interpretação tão grande quanto à atribuída às questões. Os textos célebres merecem tratamento especial: deve-se conferir entre si as interpretações mais notáveis a fim de que, do exame do contexto, da força dos termos gregos, da comparação com outros textos, da autoridade dos intérpretes mais insígnies e do peso das razões, se veja qual deve ser a preferida.”(17)

As questões parecem dizer respeito sempre a assuntos dos textos, ou derivados destes.

Quanto às disputas, vão desde as mensais, menos solenes, até aos Atos filosóficos no final dos 3 anos de curso, realizados com solenidade, valorizando-se desde o início da Lógica, a observância das leis e ordem da argumentação. A essas disputas deviam estar presentes todos os alunos de Filosofia, e convidados muitas vezes para serem argüentes professores de outras Ordens religiosas.

Os exames dos alunos de Metafísica eram públicos e com cinco argüentes, entre os quais necessariamente o Prefeito e o próprio professor.

Atribuía-se ainda na pedagogia jesuíta grande importância às repetições sobre a matéria dada; no fim das aulas, ou pelo menos uma vez por mês, se recomendava esse exercício.

O fim das artes e ciências da natureza é preparar a inteligência para uma melhor compreensão e aplicação prática da Teologia e maior conhecimento do Criador.

II – O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL COLÔNIA

II.1 – PERÍODOS DA AÇÃO PEDAGÓGICA JESUÍTICA NO BRASIL

Fundada por Inácio de Loyola em 1534, já em 1549 chegavam ao Brasil com Tomé de Sousa os primeiros padres da Companhia de Jesus, com finalidade missionária e civilizatória.

(16) Ibidem, regra 6 do professor de Filosofia in Franca, L., op. citada.

(17) Ibidem, regra 13 do professor de Filosofia in Franca, op. citada, pág. 162.

Segundo Luiz Alves de Mattos, citado por Geraldo Bastos Silva, a ação pedagógica jesuítica desenvolveu-se em dois períodos sucessivos: no 1º, que Mattos chama “heróico” — “a ação jesuítica liderada por Nóbrega procurava, antes de tudo, ser uma obra total de educação e civilização, orientava-se no sentido de plasmar por intermédio da ação educativa uma nova sociedade, objetivo que se espelha, inclusive, pela preocupação de proporcionar ensino utilitário e profissional, destinado a possibilitar a integração econômica e social das massas indígenas civilizadas e da plebe reinol imigrada. No segundo período — de organização e consolidação — passa — a predominar a partir de 1570, a acomodação do trabalho educativo à estrutura social em processo de cristalização, e, por isso, adquire relevo especial na atuação educacional jesuítica o ensino de tipo secundário: dá-se então “a substituição do padrão eminentemente democrático do primeiro pelo padrão seletivamente aristocrático do segundo.”(18)

Como ao nosso trabalho interessa o ensino de Filosofia, não nos referiremos às escolas de ler, escrever e contar e, mesmo, ao ensino de Humanidades, a não ser na medida em que se relacionem com o aspecto que nos interessa.

II.2 — SURGIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS CURSOS DE FILOSOFIA E TEOLOGIA

O ensino de Humanidades e, mais ainda, o de Filosofia e Teologia, surgiram da necessidade de se formar sacerdotes brasileiros para a catequese e o ensino, pois que, em nossa sociedade colonial em que só havia praticamente senhores e escravos, e os senhores estavam voltados para empresas comerciais, não havia interesse nem necessidade do ensino de línguas ou de Filosofia.

Assim, no dizer de Werneck Sodré, os religiosos eram os “elementos a que a condição intelectual pertencia como dever de ofício.” “Só o destino religioso poderia explicar e justificar os estudos, uma vez que nenhuma outra atividade necessitava dos elementos fornecidos pelo ensino.”(19) Isto é confirmado por Serafim Leite, quando diz: “o ensino da Faculdade de Filosofia

(18) Silva, Geraldo Bastos — A educação Secundária. Cia. Ed. Nacional, 1969, pág. 181 e 182.

ficou pois, no século XVI em plano restrito e de escola como elemento necessário e pressuposto para o futuro professorado da Companhia, que já no Brasil se formava, e dalgum outro clérigo ou religioso que acorria às suas aulas".(20)

Em 1568, a Congregação Provincial da Bahia pedia faculdade para começar o curso de Dialética e Teologia logo que houvesse número suficiente de alunos. O curso de Artes (Filosofia e iniciação às ciências) começou em 1572, sendo lente o Padre Gonçalo Leite, recém-chegado de Portugal. Três anos depois, em 1575, conferiram-se a esses alunos os primeiros graus de bacharel em Artes, sendo também os primeiros graus acadêmicos que se deram na América Portuguesa. Em 1576, receberam a licenciatura 4 jesuítas e alguns estudantes externos, e em 1578, foram conferidos os primeiros títulos de Mestres em Artes. O século XVII começou com 28 alunos, sendo 4 da Companhia e 24 de fora, entre os quais 4 religiosos carmelitas.

A freqüência foi aumentando aos poucos e em meados do século XVIII os alunos dos cursos de Artes eram aproximadamente 300.

A partir da segunda metade do século XVII, já não eram apenas os candidatos à carreira eclesiástica que se interessavam pelos cursos de Artes, mas também se matriculavam alunos com destino às carreiras militares ou à magistratura.

O progressivo povoamento da terra brasileira, o aumento de riquezas, a ambição dos pais em ver os filhos formados, a consciência da juventude da sua importância dentro da comunidade portuguesa que se firmava a partir da expulsão dos holandeses, tudo isto contribuiu para essa freqüência maior aos cursos, pois os filhos da terra começaram a pleitear os cargos mais importantes nas Províncias das Ordens Religiosas, ou os postos mais altos do ensino.(21)

II.3 — O CURSO DE ARTES E A TENTATIVA PARA SE CRIAR A UNIVERSIDADE NO BRASIL

O fato de se darem graus em Letras e Artes, levantou como era de prever, a questão do Colégio da Bahia se transformar em Universidade. "Com darem-se neste Colégio graus em Letras, parece que querem meter ressaibos de Universidade..."(22)

(19) Idem, *ibidem*, pág. 183.

(20) Leite, Serafim — História da Cia. de Jesus no Brasil, pág. 218, Tomo VII.

(21) Por essa época haviam-se formado no Brasil províncias autônomas de algumas Ordens religiosas. (Leite, S. Op. citada Tomo VII. 194.)

(22) Leite, s. Op. citada, Tomo I pág. 98.

Em 1 590, o Padre Marçal Beliarte, tendo erguido os estudos a um alto nível, pleiteou a transformação do Colégio da Bahia em Universidade, mas a resposta de Roma aos postulados da Congregação foi: “não parece necessário no Brasil tal promoção porque não seria essa faculdade de nenhuma utilidade.” (23)

Apesar de negada a equiparação à faculdade, foi permitido se concedesse a prerrogativa acadêmica de conferir grau de Mestre em Artes, pela conveniência de dar esse grau a Padres da Companhia, que, destinados a professores, não o tivessem ainda.

O Curso das Artes no Colégio da Bahia apresentava-se como uma Faculdade de Filosofia de Direito Pontifício e de feição e praxe universitária, e com a mesma praxe e solenidade dava o grau de Mestre em Artes aos externos: anel, livro, cavalo, pajem do barrete, e capelo azul de seda” “Direito e praxe que com uma ou outra variante, se estendeu depois a todos os demais colégios da Companhia no Brasil, onde existiu curso de Filosofia: Rio de Janeiro, S. Paulo, Olinda, Recife, Maranhão e Pará.” (24)

Na segunda metade do século XVII, ou mais precisamente em 1662, a Câmara da Bahia fez petições a El-Rei no sentido de o Colégio da Bahia ter as mesmas regalias da Universidade de Évora, e em 1 663, pediu diretamente às de Lisboa. Assim a Faculdade de Artes, bem como a de Teologia seria de direito real ou civil. Isto traria duas conseqüências: uma de status, permitindo aos que se formavam nessa Faculdade dizer que o eram por uma Universidade; outra a de gozarem os mesmos privilégios da Universidade de Évora aos que fossem à Coimbra formar-se em Cânones, Direito Civil e Medicina.

O pedido de se criar a Universidade no Brasil foi indeferido, embora autorizasse dar graus não só de Filosofia, o que já se fazia, mas também de Teologia, embora uns e outros sem valor autônomo ou independentes de incorporação.

Em 16 de julho de 1 675, o governo português permitiu que aos estudantes de Filosofia e Retórica que tivessem cursado as aulas dos jesuítas na Bahia, se levasse em conta na Universidade de Coimbra e Évora um ano de Artes, conforme se fazia com os alunos dos colégios de Lisboa e Braga.

(23) Idem, *ibidem*. Tomo I, pág. 99.

(24) Idem, *ibidem*, Tomo VII, pág. 193.

II.4 – O ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL E O RATIO STUDIORUM

O curso de Filosofia ministrado nos colégios do Brasil, bem como o de Humanidades e o de Teologia, era regido pelas Regras prescritas pelo Ratio Studiorum com algumas adaptações previstas por ordenações que visavam atender às circunstâncias locais. Assim, por exemplo, no caso de Humanidades, foi substituído o grego pelo estudo da língua indígena, não com o fim de preservação da cultura autóctone, mas para garantir maior sucesso na evangelização.

Como foi visto, a base do ensino de Filosofia nas escolas de jesuítas no século XVI eram textos de Aristóteles e S. Tomás. Isso também aconteceu no Brasil, utilizando-se para isso o *Cursus Conimbricensis*, obra de conjunto de mestres do Colégio das Artes de Coimbra, fruto do movimento de interpretação e exegese oriundo da Universidade de Coimbra e Évora. Nessa obra já se divergia em alguns pontos de Santo Tomás que, no entanto, continuava a ser o Mestre das escolas embora não o único. Os tratados de Filosofia impressos na Europa chegavam logo ao Brasil. Com isto foi utilizado o *Cursus Philosophicus* de Arriaga, professor da Universidade de Praga, cuja primeira edição data de 1632 e a segunda em Paris, de 1637, a *Summa Philosophiae* de Baltasar Teles publicada em Lisboa em 1642.

Consta que também Antônio Vieira compôs um Curso de Filosofia, que seria o primeiro escrito no Brasil, cujo paradeiro é ignorado. Outros três manuais redigidos por Domingos Ramos, Antônio de Andrade e Luís Carvalho também não chegaram a imprimir-se por não poderem competir com os textos provenientes da Europa, mas revelam que no Brasil já se tentava fazer algo. Todos esses manuscritos sumiram no seqüestro geral de 1759. No Inventário da Livraria do Colégio do Rio de Janeiro, feito em 1775, ainda existiam, entre os manuscritos, 78 tomos de “Postilas de Filosofia”.(25)

III.3 – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO JESUÍTICO NO BRASIL; SOBRETUDO NO QUE SE REFERE AO ENSINO DE FILOSOFIA

Os jesuítas no que diz respeito à educação dos índios, tiveram necessariamente de afastar-se do Ratio Studiorum e manifestaram de modo

(25) Leite, Serafim, op. citada pág. 223.

eminente suas faculdades de adaptação às circunstâncias. Quanto à organização do que poderíamos chamar ensino secundário, ministrado nos colégios, seguiram com grande fidelidade as regras desse código, resultando, daí, uma série de conseqüências das quais passaremos a examinar algumas.

Numa sociedade colonial constituída de senhores e escravos, a implantação de um ensino voltado para as letras, sobretudo o latim, para a Lógica formal e para a Teologia, constituía um corpo estranho. Essa educação que na Europa se destinava à uma burguesia em ascensão, ciosa de encontrar melhoria de status no ensino, no Brasil onde não existia nem burguesia nem aristocracia, o currículo e a metodologia previstos pelo Ratio levavam a uma artificialidade e a uma alienação extremas.

“Ao terminar o período” heróico” já os três grandes colégios de Olinda, Salvador e Rio assinalam o êxito inicial da implantação da tradição educacional do ensino de tipo secundário no Brasil, que se vai ampliar e consolidar no período seguinte com a criação de outros colégios — vinte ao todo, além de 12 seminários à época da expulsão —” com bibliotecas organizadas, corpo docente especializado e dedicado exclusivamente aos estudos e ao ensino. Os alunos, em classes seriadas, mergulhavam no estudo das sutilezas e dos aspectos formais da cultura, programados num currículo na época considerado o melhor e mais moderno. Com pequenas adaptações,... os nossos jovens colonos estavam estudando as mesmas coisas que os jovens nobres e burgueses de Paris, Bordéus, Colônia, Florença, Nápoles, Messina, Madri, Salamanca, Lisboa e Coimbra.”(26)

Segundo Néelson Werneck Sodré, este ensino só se tornava possível porque não perturbava a estrutura vigente. “Sua marginalidade era a essência de que se alimentava.”(27)

O ensino de Filosofia, limitado à análise e interpretação de textos na sua maioria de Aristóteles e S. Tomás e ao levantamento de questões a partir desses textos, não poderia senão desenvolver uma consciência ingênua, em nada contribuindo para formar homens críticos e ligados aos problemas do país.

Outra conseqüência é o distanciamento cada vez maior entre a juventude que se formava nesses colégios e que freqüentemente continuava seus

(26) Silva, Geraldo Bastos — A educação secundária — Cia. Ed. Nacional — S. Paulo, 1969.

(27) Werneck Sodré, Néelson — Estudo Histórico sociológico da cultura brasileira em Introdução aos problemas do Brasil. ISEB. Rio, 1966, citado por Geraldo Bastos Silva, op. citada pág. 183.

estudos na Europa vindo a constituir a elite intelectual da colônia, e as classes dirigidas, em grande parte constituídas dos escravos.

A orientação dessas elites para as letras, o gosto pela palavra oca, pelo torneio da frase, pela oratória divorciada da vivência, podemos em parte atribuir a essa formação intelectual das nossas elites, em que se valorizava a memorização, a expressão verbal, a forma do raciocínio. Daí talvez a verbosidade das elites em contraposição ao mutismo do povo brasileiro, a que alude Antonio Vieira no seu Sermão da Visitação de Nossa Senhora. “Começemos por esta última palavra **infans**, infante, quer dizer o que não fala. Neste estado achava-se o menino Batista, quando a senhora o visitou, e neste estado também o Brasil muitos anos, que foi a meu ver, a maior ocasião de seus males. Como doente não pode falar, toda outra conjetura dificulta muito a Medicina. Por isso, Cristo nenhum enfermo curou com mais dificuldade, e em nenhum gastou mais tempo, que em curar um endemoninhado mudo; o pior acidente que teve o Brasil em sua enfermidade foi o tolher-se-lhe a fala: muitas vezes se quis queixar justamente, muitas vezes quis pedir os remédios de seus males, mas sempre lhe afogou as palavras na garganta, ou o respeito, ou a violência: e se alguma vez chegou algum gemido aos ouvidos de quem devera remediar, chegaram também as vozes do poder e venceram os clamores da razão.”(28) Quanto ao verbalismo da classe mais alta, é também uma forma de mutismo. “O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico.”(29)

Apesar do currículo de Filosofia englobar estudos de introdução às ciências, física e matemática, o fato de estarem muito presos a Aristóteles deve ter contribuído para se fecharem às influências dos métodos experimentais e ao novo espírito que surgia na Europa por esse tempo. Fernando de Azevedo, a respeito disso, menciona o fato de que “a primeira obra científica, a *Historia Naturalis Brasiliae*, de Piso e Marcgraf, em que se condensavam observações importantes sobre a medicina, a flora e a fauna do país, surgiu durante a ocupação holandesa em Pernambuco, e, apesar de publicada em 1648, em latim, — língua ensinada em todos os colégios de padres não logrou despertar nenhum interesse no Brasil, nem deixar vestígio de sua existência numa vaga alusão em toda a literatura colonial.”(30)

(28) Citado em rodapé por Paulo Freire em *Educação como prática da liberdade*. Ed. Paz e terra. Rio, 1971. pág. 66.

(29) Freire, Paulo. op. citada, pág. 69.

(30) Azevedo, Fernando — *A cultura brasileira* Ed. Melhoramentos — SP, 1958, pág. 39.

No entanto, uma conseqüência positiva dessa pedagogia, salientada por Fernando de Azevedo foi a “unidade espiritual que ela contribuiu notavelmente para estabelecer fornecendo uma base ideológica, lingüística, religiosa e cultural, à unidade e defesa nacionais. A influência do catolicismo em geral e, particularmente da companhia, na formação do Brasil, foi, a este respeito, tão preponderante que a Joaquim Nabuco chegou a parecer “de todo duvidoso que existisse a unidade brasileira sem a unidade da Companhia” e, mesmo que houvesse Brasil, “Se em vida de Loyola não tivesse sido feita província da Companhia”, quase ao mesmo tempo em que se organizava, em substituição ao regime das capitânicas, o primeiro governo-geral da Colônia.”(31)

Concluindo o trabalho, mas não encerrando a reflexão pois que essa pesquisa é apenas um subsídio para o estudo do ensino da Filosofia em São Paulo, nos dias de hoje, tentaremos não perder de vista que a educação é apenas um dos componentes na formação e na vida de um país e não pode ser vista separadamente da organização social, política, econômica.

Assim, convém lembrar que o ensino no Brasil colônia era ministrado pelos jesuítas por delegação do governo português e que estes, dedicados à defesa do catolicismo tridentino e à preservação das monarquias fiéis ao papado, promoveram uma educação que assegurava aos súditos uma formação dentro dos moldes de uma obediência política e fidelidade religiosa, com todas as conseqüências.

(31) Idem, ibidem, pág. 43.